

Alerta Legislação nº 06, de 5 a 10 fev.2018

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

**Visite nosso endereço na Internet e conheça
outros produtos da Biblioteca:**

<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

DESTAQUES

Governo Federal

DECRETO Nº 9.278, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2018

Regulamenta a [Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983](#), que assegura validade nacional às Carteiras de Identidade e regula sua expedição.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
08/02/2018	DECRETO Nº 9.284, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018 Promulga o Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Suécia sobre Cooperação em Matéria de Defesa, firmado em Estocolmo, em 3 de abril de 2014. DECRETO Nº 9.283, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018 Regulamenta a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004⁽¹⁾, a Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016⁽²⁾, o art. 24, § 3º, e o art. 32, §7º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993⁽³⁾, o art. 1º da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990⁽⁴⁾, e o art. 2º, caput, inciso I, alínea "g", da Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990⁽⁵⁾, e altera o Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009⁽⁶⁾, para estabelecer medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional. (1) Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. (2) Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação (...) (3) Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. (4) Dispõe sobre importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica, e dá outras providências. (5) Altera a legislação do Imposto de Renda sobre o resultado da atividade rural, e dá outras providências. (6) Regulamenta a administração das atividades aduaneiras, e a fiscalização, o

	controle e a tributação das operações de comércio exterior.
07/02/2018	<u>DECRETO Nº 9.281, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2018</u> Reabre, em favor do Ministério da Defesa, crédito extraordinário, no valor de R\$ 5.609.148,00, aberto pela Medida Provisória nº 799, de 4 de setembro de 2017. <u>DECRETO Nº 9.280, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2018</u> Altera o Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973, que regulamenta a Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, quanto à aquisição de passagens aéreas. <u>DECRETO Nº 9.279, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2018</u> Cria o Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro.
06/02/2018	<u>DECRETO Nº 9.276, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2018</u> (*) REPUBLICAÇÃO Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2018 e dá outras providências. (*) <i>Republicação dos Anexos II e IV ao Decreto nº 9.276, de 2 de fevereiro de 2018, por ter constado incorreção, quanto ao original, na Edição Extra do Diário Oficial da União de 2 de fevereiro de 2018, Seção 1.</i> <u>DECRETO Nº 9.278, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2018</u> Regulamenta a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, que assegura validade nacional às Carteiras de Identidade e regula sua expedição. <u>DECRETO Nº 9.277, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2018</u> Dispõe sobre a identificação do solicitante de refúgio e sobre o Documento Provisório de Registro Nacional Migratório.
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Atos do Senado Federal (SF)	<u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 3, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2018</u> O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 807, de 31 de outubro de 2017, publicada em Edição Extra do Diário Oficial da União do mesmo dia, mês e ano, que "Altera a Lei nº 13.496, de 24 de outubro de 2017, que institui o Programa Especial de Regularização Tributária - Pert na Secretaria da Receita Federal do Brasil e na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. <u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 2, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2018</u> O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber

	que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 806, de 30 de outubro de 2017, publicada em Edição Extra do Diário Oficial da União do mesmo dia, mês e ano, que "Dispõe sobre o Imposto sobre a Renda incidente sobre as aplicações em fundos de investimento", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. EUNÍCIO OLIVEIRA Senador <u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº1, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2018</u> O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 805, de 30 de outubro de 2017, publicada em Edição Extra do Diário Oficial da União do mesmo dia, mês e ano, que "Posterga ou cancela aumentos remuneratórios para os exercícios subsequentes, altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, e a Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, quanto à alíquota da contribuição social do servidor público e a outras questões", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. EUNÍCIO OLIVEIRA Senador
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 13, DE 30 DE JANEIRO DE 2018</u> (...) Tornar sem efeito a Instrução Normativa nº 44, de 15 de dezembro de 2017(*), publicada no Diário Oficial da União de 21 de dezembro de 2017, Seção 1, Páginas 118 e 119. (*) (...) Art. 1º Ficam estabelecidos as boas práticas para a realização de torneios leiteiros de animais bovinos. (...)
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIANº 699, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2018</u> Disciplina e aprova as regras para utilização de canais virtuais pelas entidades executantes dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre -S B T V D - T.
Ministério da Educação	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE) <u>PORTARIA Nº 88, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018</u> Dispõe sobre os coeficientes de distribuição e a estimativa anual de repasses das quotas estaduais e municipais do salário-educação a vigorar no exercício de 2018, e dá outras providências.

	SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SERES) <u>PORTARIA Nº 94, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2018</u> (...) Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017. (...)
Ministério da Fazenda (MF)	BANCO CENTRAL DO BRASIL (BC) <u>CIRCULAR Nº 3.876, DE 31 DE JANEIRO DE 2018 - RETIFICAÇÃO</u> Na Circular nº 3.876, de 31 de janeiro de 2018, publicada no DOU de 5 de janeiro de 2018, seção 1, págs. 23-28, proceder as seguintes retificações: (...) <u>CIRCULAR Nº 3.876, DE 31 DE JANEIRO DE 2018 (RETIFICADA)</u> Dispõe sobre metodologias e procedimentos para a avaliação da suficiência do valor de Patrimônio de Referência (PR) mantido para a cobertura do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB), a identificação, mensuração e controle do IRRBB e a divulgação pública e remessa ao Banco Central do Brasil de informações relativas ao IRRBB. → Área de Regulação - Departamento de Regulação do Sistema Financeiro <u>CIRCULAR Nº 3.877, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2018</u> Revoga dispositivos da Circular nº 3.809, de 25 de agosto de 2016, que estabelece os procedimentos para o reconhecimento de instrumentos mitigadores no cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referentes às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWA CPA D). SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA → Subsecretaria de Gestão da Previdência <u>PORTARIA Nº 20, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2018</u> Aprova o Plano de Ação Integrado da Secretaria de Previdência, para o exercício 2018.
Ministério da Previdência Social (MPS)	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 93, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2018</u> Disciplina a concessão de licença capacitação.
Ministério da Saúde (MS)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 256, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2018</u> Institui Grupo de Trabalho, no âmbito do Ministério da Saúde, com

a finalidade de elaborar plano de ação sobre as Unidades de Pronto Atendimento - UPA 24h, nos termos do item 9.2 do Acórdão nº 2658/2017 do Plenário do Tribunal de Contas da União

PORTARIA Nº 246, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2018

Autoriza o repasse dos valores de recursos financeiros do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a serem alocados no Grupo de Vigilância em Saúde, relativos ao Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS); à Assistência Financeira Complementar (AFC) da União para cumprimento do piso salarial profissional nacional dos Agentes de Combate às Endemias (ACE) e ao Incentivo Financeiro para fortalecimento de políticas afetas à atuação dos ACE (IF).

PORTARIA Nº 235, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018

Altera a Portaria nº 1.583/GM/MS, de 19 de julho de 2012, que dispõe, no âmbito do Ministério da Saúde e entidades a ele vinculadas, sobre a execução da [Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011](#), que versa sobre a Lei de Acesso à Informação, e do [Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012](#), que a regulamenta.

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (ANS)

→ **Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos**

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN Nº 55, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

Altera as Instruções Normativas - IN nº 49, de 22 de dezembro de 2016, da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos, que dispõe sobre as medidas administrativas decorrentes da avaliação das operadoras de planos de assistência à saúde no Monitoramento do Risco Assistencial, e IN nº 53, de 18 de julho de 2017, da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos, que Regulamenta a visita técnico-assistencial para identificação de anormalidades assistenciais nas operadoras de planos de assistência à saúde.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA)

INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA - INC Nº 2, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

(...)

Art. 1º Ficam definidos os procedimentos para a aplicação da rastreabilidade ao longo da cadeia produtiva de produtos vegetais frescos destinados à alimentação humana, para fins de monitoramento e controle de resíduos de agrotóxicos, em todo o território nacional, na forma desta Instrução Normativa Conjunta e seus Anexos I a III

(...)

→ **Diretoria de Coordenação e Articulação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária**

RESOLUÇÃO-RE Nº 313, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2018

(...)

Art. 1º Determinar como medida de interesse sanitário, em todo território nacional, a suspensão da importação, distribuição e uso de todos lotes do produto insulina NPH, nas suas apresentações registradas, fabricados por Private Joint Stock Company INDAR, localizada em 5, Zrshuvalna Str., Kiev, 02099, Ucrânia e importados pelas detentoras do registro do produto em território nacional

(...)

	<u>RESOLUÇÃO-RE Nº 312, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2018</u> (...) Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da fabricação, distribuição, comércio e uso de todos os lotes, com data de validade vigente, de todos os produtos farmacêuticos injetáveis fabricados pela empresa FDA ALLERGENIC FARMACEUTICA LTDA (C.N.P.J 00.749.145/0001-90), localizado na Rua da Abolição, 413, Rio de Janeiro. (...) → Gerência-geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 314, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018</u> (...) Art. 1º. Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, comercialização e uso do lote 011 do produto ÁLCOOL GEL PALMINDAYA, fabricado por PALMINDAYA COSMÉTICOS LTDA (CNPJ: 75.619.742/0001-07). (...) <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 315, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018</u> (...) Art. 1º Proibir a fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto FUMODEX – HIGIENIZADOR BUCAL, ESPECIAL PARA FUMANTES, fabricado por empresa desconhecida e comercializado em KIT, constituído dos produtos - LEVEDO DE CERVEJA - 10 comprimidos e FUMODEX HIGIENIZADOR BUCAL (...) <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 316, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018</u> Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto FRALDA DESCARTÁVEL MEGAFRAL BABY, fabricado pela empresa Megafral Indústria e Comércio Ltda, CNPJ: 05.882.795/0001-22 (...)
Ministério das Cidades (MCidades)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2018</u> Dá nova redação à Instrução Normativa nº 47, de 22 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a alocação dos recursos do Orçamento Financeiro e Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), referente à área de Habitação Popular e demais operações habitacionais, para o exercício de 2018. CONSELHO DAS CIDADES (CONCIDADES) CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN) <u>RESOLUÇÃO Nº 724, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2018</u> Referenda a Deliberação nº 165, de 22 de dezembro de 2017, que altera o art. 25 da Resolução CONTRAN nº 691, de 27 de setembro de 2017, que dispõe sobre o exame toxicológico de larga janela de detecção, em amostra queratínica, para habilitação, renovação ou mudança para as categorias C, D e E, decorrente da Lei nº 13.103, de 02 de março de 2015. <u>RESOLUÇÃO Nº 723, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2018</u>

	Referendar a Deliberação CONTRAN nº 163, de 31 de outubro de 2017, que dispõe sobre a uniformização do procedimento administrativo para imposição das penalidades de suspensão do direito de dirigir e de cassação do documento de habilitação, previstas nos arts. 261 e 263, incisos I e II, do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), bem como sobre o curso preventivo de reciclagem.
Ministério das Relações Exteriores (MRE)	SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES (SG) ↳ Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (SGEB) ↳↳ Departamento de Imigração e Assuntos Jurídicos (DIJ) ↳↳↳ Divisão de Atos Internacionais (DAI) Ajuste, por troca de notas, entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Federal da Alemanha sobre a concessão de contribuições financeiras não reembolsáveis, no marco da cooperação bilateral em benefício do objetivo de desenvolvimento da República Federativa do Brasil referente aos projetos "Prevenção, Controle e Monitoramento de Incêndios no Cerrado", "consolidação do sistema nacional de unidades de conservação (SNUC) - lifeweb" e "Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica".
Ministério do Desenvolvimento Social	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 467, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018</u> Institui o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana <u>PORTARIA CONJUNTA Nº 2, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018</u> Institui o Programa de Gestão das Atividades Médicas Periciais - PGAMP no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e dá outras providências.
Ministério do Meio Ambiente (MMA)	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 23 DE JANEIRO DE 2018</u> (...) Art. 1º Estabelecer os procedimentos para a aplicação da medida cautelar de destruição ou inutilização de produtos, subprodutos ou instrumentos utilizados na prática da infração ambiental, no âmbito das ações de fiscalização ambiental, previstas no art. 111 do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008
Ministério do Trabalho	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 99, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2018</u> Altera o Anexo II - Requisitos de segurança específicos para máquinas utilizadas nas indústrias de abate e processamento de carnes e derivados destinados ao consumo humano – da Norma Regulamentadora n.º 36 - Segurança e Saúde no Trabalho em Empresas de Abate e Processamento de Carnes e Derivados e dá outras providências. (...)

Ministério do Turismo (MTur)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 30, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018</u> Altera os arts. 1º, 2º e 7º da Portaria MTurnº 144, de 27 de agosto de 2015, que estabelece a categorização dos municípios pertencentes às regiões turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro, definido por meio da Portaria MTur nº 313, de 3 de dezembro de 2013, e dá outras providências.
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais	CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN) <u>RESOLUÇÃO Nº 567, DE 29 DE JANEIRO DE 2018</u> Regulamenta a atuação da Equipe de Enfermagem no Cuidado aos pacientes com feridas.
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
09/02/2018	<u>DECRETO Nº 63.208, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2018</u> Dispõe sobre a isenção e redução de base de cálculo do ICMS em operação com bens ou mercadorias destinadas às atividades de exploração ou produção de petróleo e gás natural
07/02/2018	<u>DECRETO Nº 63.196, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2018</u> Dispõe sobre a concessão de abono complementar, na forma que especifica, em cumprimento ao estabelecido na Lei federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008 <u>DECRETO Nº 63.195, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2018</u> Dispõe sobre a governança, o desenvolvimento e a implantação, no âmbito do Estado de São Paulo, do Sistema Estadual de Alimentação de Dados no Audesp/TCE <u>DECRETO Nº 63.194, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2018</u> Dispõe sobre o expediente nas repartições públicas estaduais pertencentes à Administração Direta e Autarquias, relativo aos dias que especifica e dá providências correlatas
06/02/2018	<u>DECRETO Nº 63.193, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2018</u> Cria e organiza, na Secretaria da Fazenda, as Unidades Gestoras de Projetos – UGP's que especifica e dá providências correlatas
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL

Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI)	CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA (CEETEPS) <u>DELIBERAÇÃO CEETEPS 40, DE 08-02-2018</u> Altera a Deliberação CEETEPS - 01, de 04-03-2010, que dispõe sobre o Programa de Monitorianas Faculdades de Tecnologia do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza → Coordenadoria da Unidade de Ensino Superior de Graduação <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA CESU 001, DE 06-02-2018</u> Dispõe sobre os procedimentos para as designações de Diretores para as Faculdades de Tecnologia - Fatecs do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - Ceeteps para o 1º semestre de 2018
Educação (SE)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SE 14, DE 9-2-2018</u> Dispõe sobre autorização, instalação e funcionamento de Centro de Estudos de Línguas – CEL <i>(Região de Santos)</i> <u>RESOLUÇÃO SE 13, DE 9-2-2018</u> Dispõe sobre autorização, instalação e funcionamento de Centro de Estudos de Línguas – CEL <i>(Região de Santos)</i> <u>RESOLUÇÃO SE 12, DE 9-2-2018</u> Dispõe sobre autorização, instalação e funcionamento de Centro de Estudos de Línguas – CEL <i>(Região de Santo Anastácio)</i> <u>RESOLUÇÃO SE 11, DE 9-2-2018</u> Dispõe sobre autorização, instalação e funcionamento de Centro de Estudos de Línguas – CEL <i>(Região de Adamantina)</i> <u>RESOLUÇÃO SE 10, DE 8-2-2018</u> Institui Comissão Técnica, no âmbito da Secretariada Educação, para propor ações que visem a subsidiar o atendimento a alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA)
Fazenda (SF)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SF 13, DE 06-02-2018</u> Aprova, no âmbito da Secretaria da Fazenda, o Plano de Trabalho Anual da Educação Fiscal para o ano de 2018
Governo (SG)	AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO E ENERGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO (ARSESP) <u>DELIBERAÇÃO ARSESP - 781, DE 8-2-2018</u> Dispõe sobre a compensação de valores para o recolhimento à Arsesp, pela Concessionária Gás Natural São Paulo Sul S.A, da Taxa de Regulação, Controle e Fiscalização – TRCF, instituída pela <u>Lei Complementar 1025, de 07-12-2007</u>, relativa ao exercício de 2018

Planejamento e Gestão (SPG)	COORDENADORIA DE ORÇAMENTO (CO) <u>RESOLUÇÃO SUBPLAN - 01, DE 6-2-2018</u> Divulga os prazos para as atividades do processo orçamentário estadual no exercício de 2018 e dá outras providências UNIDADE CENTRAL DE RECURSOS HUMANOS (UCRH) <u>COMUNICADO UCRH/DRH, Nº 1, DE 8-2-2018</u> A Coordenadora do Órgão Central de Recursos Humanos e a Diretora do Departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Planejamento e Gestão expedem o presente, referente ao Comunicado UCRH 09-2018, datado de 07-02-2018, no tocante aos Editais 1, 2 e 3/2018, disponibilizados no <i>site</i> da Vunesp, contendo o resultado do Concurso Unificado de Promoção 2017, previsto nas Leis Complementares 1.034, 4-1-2008, e 1.080, de 17-12-2008.
Saneamento e Recursos Hídricos (SSRH)	DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA (DAEE) <u>PORTARIA DAEE 1.630, DE 30-05-2017, RETI-RATIFICADA EM 06-02-2018</u> Dispõe sobre procedimentos de natureza técnica e administrativa para obtenção de manifestação e outorga de direito de uso e de interferência em recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo
Universidade de Campinas (UNICAMP)	REITORIA <u>DELIBERAÇÃO CEPE-A-1, DE 6-2-2018</u> Alteração do Calendário Escolar dos Cursos de Graduação da Unicamp para o ano letivo de 2018
Defensoria Pública do Estado (DPE)	DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO (DPG) <u>ATO NORMATIVO DPG - 139, DE 8-2-2018</u> (...) Art. 1º. Recomenda-se a todos os órgãos administrativos vinculados à Defensoria Pública-Geral a adoção de linguagem inclusiva, na perspectiva de gênero, em todos os atos normativos, atos administrativos e comunicações da instituição. Parágrafo único. A presente recomendação não se destina à Corregedoria Geral, à Escola da Defensoria Pública e à Ouvidoria Geral, órgãos sujeitos à regulamentação própria. <u>ATO DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO, DE 6-2-2018</u> Dispõe sobre o edital referente ao Concurso de Promoção para os/as Defensores/as Públicos/as ocupantes dos cargos de Nível III para o Nível IV da Carreira de Defensor Público do Estado, relativo ao ano de 2018

Publicação DOE - Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
10/02/2018	PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 4, DE 2018</u> Autoriza o Poder Executivo a instituir a equiparação salarial de todos os cargos e funções-atividades da Série de Classes de Pesquisador Científico. DOE, Legislativo, 10/02/2018, p. 7 PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 41, DE 2018</u> Classifica Divinolândia como Município de Interesse Turístico. DOE, Legislativo, 10/02/2018, p. 8 <u>PROJETO DE LEI Nº 40, DE 2018</u> Cria o "Programa Sorriso Saudável na 3ª idade" para pessoas idosas residentes em clínicas e residências geriátricas, instituições de longa permanência, casas-lares ou similares. DOE, Legislativo, 10/02/2018, p. 7 TRIBUNAL DE CONTAS (TCE) COMUNICADOS COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL COMUNICADO SDG Nº006/2018 O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo ALERTA as Prefeituras Municipais que o prazo para preenchimento dos questionários relativos ao Índice de Efetividade da Gestão Municipal encerra-se no dia 21/02, conforme previsto no Comunicado SDG nº 31/2017, que tornou público o Calendário de Obrigações para o exercício de 2018. Levantamentos efetuados em nossa base de dados revelaram que até a presente data apenas 13 (treze) municípios, abaixo indicados, concluíram o preenchimento de todos os mencionados questionários. Municípios que finalizaram o IEG-M • PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADINA • PREFEITURA MUNICIPAL DE CARDOSO • PREFEITURA MUNICIPAL DE CESÁRIO LANGE • PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNÃO • PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI • PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAPORÃ • PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAPOAMA • PREFEITURA MUNICIPAL DE ORINDIÚVA • PREFEITURA MUNICIPAL DE PLATINA • PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO • PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ERNESTINA • PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTÓPOLIS DO AGUAPEÍ • PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMBÁÚ O IEG-M é um instrumento criado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, com o objetivo de aperfeiçoar o controle externo e promover a transparência, a gestão pública responsável e a satisfação das necessidades sociais, e, portanto de vital importância para os procedimentos de fiscalização das contas anuais. O descumprimento dessa exigência, a par dos enormes prejuízos que causará aos procedimentos da fiscalização de resultados impossibilitará a expedição do recibo de entrega das contas anuais

	no registro da ocorrência em certidões acaso requeridas e eventuais outras sanções, incluindo a aplicação da multa prevista em Lei. São Paulo, 09 de fevereiro de 2018. SÉRGIO CIQUERA ROSSI SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL DOE, Legislativo, 10/02/2018, p. 16
09/02/2018	PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 3, DE 2018</u> Autoriza o Tribunal de Justiça a instituir o nível universitário ao cargo de Escrevente Técnico Judiciário. DOE, Legislativo, 09/02/2018, p. 6 PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 37, DE 2018</u> Autoriza o Poder Executivo a dispor sobre o ensino do idioma Chinês Mandarim, no âmbito das escolas estaduais, no ensino médio, na grade extracurricular. DOE, Legislativo, 09/02/2018, p. 7 <u>PROJETO DE LEI Nº 36, DE 2018</u> Autoriza o Poder Executivo a conceder isenção do pagamento de pedágio aos veículos de propriedade dos policiais militares e policiais civis da ativa nas rodovias do sistema estadual ou federal delegadas ao Estado de São Paulo DOE, Legislativo, 09/02/2018, p. 7 <u>PROJETO DE LEI Nº 33, DE 2018</u> Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de uniforme escolar padronizado nas escolas da rede pública. DOE, Legislativo, 09/02/2018, p. 6 <u>PROJETO DE LEI Nº 31, DE 2018</u> Proíbe no Estado de São Paulo o embarque de animais vivos no transporte marítimo e/ou fluvial, com a finalidade de abate para o consumo. DOE, Legislativo, 09/02/2018, p. 6 <u>PROJETO DE LEI Nº 30, DE 2018</u> Dispõe sobre a exigência de garantia de equidade salarial entre homens e mulheres, das empresas que contratarem com o Poder Público Estadual. DOE, Legislativo, 09/02/2018, p. 6 <u>PROJETO DE LEI Nº 29, DE 2018</u> Obriga os produtores de alimentos congelados a informar nas embalagens o peso anterior e posterior ao congelamento no âmbito do Estado de São Paulo e dá outras providências. DOE, Legislativo, 09/02/2018, p. 6
08/02/2018	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 25, DE 2018</u> Dispõe sobre a colocação de telas de proteção em espaço aéreo, nas unidades prisionais e dá outras providências.

	DOE, Legislativo, 08/02/2018, p. 9 <u>PROJETO DE LEI Nº 22, DE 2018</u> Proíbe a pulverização aérea de defensivos agrícolas em áreas com presença de colméias e apiários no Estado de São Paulo e dá outras providências. DOE, Legislativo, 08/02/2018, p. 9 COMUNICADOS COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA COMUNICADO GP Nº 02/2018 LISTAS DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SUBMETIDAS AO TRIBUNAL PLENO – RESOLUÇÃO Nº 01/2017 SESSÃO DE 7/02/2018 DOE, Legislativo, 08/02/2018, p. 18
07/02/2018	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 18, DE 2018</u> Classifica Bastos como Município de Interesse Turístico. DOE, Legislativo, 07/02/2018, p. 10 <u>PROJETO DE LEI Nº 17, DE 2018</u> Dispõe sobre a gratuidade do pagamento de taxa de embarque para pessoas com 60 anos ou mais, em todos os terminais e ou estações rodoviárias no âmbito do Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 07/02/2018, p. 10 <u>PROJETO DE LEI Nº 16, DE 2018</u> Determina que nas placas de obras inauguradas provenientes do que dispõe o artigo 11 da Lei nº 16.646, de 11 de janeiro de 2018, que orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2018, deverá constar também o nome da Deputada ou Deputado que destinou recursos através das emendas parlamentares individuais. DOE, Legislativo, 07/02/2018, p. 10
06/02/2018	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 11, DE 2018</u> Dispõe sobre a Ampliação do Prazo de Parcelamento do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores no Exercício Vigente e dá outras providências. DOE, Legislativo, 06/02/2018, p. 9 <u>PROJETO DE LEI Nº 10, DE 2018</u> Dispõe sobre a classificação do Município de Santana da Ponte Preta como Município de Interesse Turístico. DOE, Legislativo, 06/02/2018, p. 9
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

10/02/2018	LEI Nº 16.860, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2018 (PROJETO DE LEI Nº 584/16, DO VEREADOR NATALINI – PV) Institui a Política Municipal de Proteção à Saúde Bucal da Pessoa Hospitalizada, e dá outras providências. Diário Oficial, Cidade de São Paulo, 10/02/2018, p. 3 <u>LEI Nº 16.841, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2018</u> (PROJETO DE LEI Nº 61/17, DA VEREADORA ADRIANA RAMALHO – PSDB) Dispõe sobre a obrigatoriedade de os equipamentos culturais municipais, sob a gestão direta da Secretaria Municipal de Cultura, contarem com programação contínua, nos dias e horários que especifica.
07/02/2018	<u>LEI Nº 16.831, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2018</u> (Projeto de Lei nº 387/17, da Vereadora Sandra Tadeu DEMOCRATAS) Dispõe sobre o acesso a informações acerca dos programas sociais, políticas públicas ou equipamentos públicos destinados a idosos mantidos pelo Município de São Paulo, e dá outras providências. <u>LEI Nº 16.830, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2018</u> (Projeto de Lei nº 322/17, do Vereador Isac Felix – PR) Dispõe sobre a instalação de placas de alerta em locais com alta incidência de acidentes de trânsito, no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências. <u>LEI Nº 16.829, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2018</u> (Projeto de Lei nº 206/14, do Vereador Jair Tatto – PT) Institui o Prêmio Nelson Mandela de Apoio a Iniciativas de Promoção da Igualdade Racial para o Município de São Paulo, e dá outras providências. <u>LEI Nº 16.827, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2018</u> (Projeto de Lei nº 355/17, do Vereador Rinaldi Digilio – PRB) Dispõe sobre a liberação de entrada de animais de estimação em hospitais públicos para visitas a pacientes internados, e dá outras providências. <u>LEI Nº 16.825, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2018</u> (Projeto de Lei nº 415/17, da Vereadora Sandra Tadeu – DEMOCRATAS) Estabelece a obrigatoriedade dos “foodtrucks” ou comerciantes de alimentos nas vias públicas ou espaços públicos de disponibilizarem aos consumidores álcool em gel <u>LEI Nº 16.824, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2018</u> (Projeto de Lei nº 381/17, do Vereador Mario Covas Neto – PSDB) Autoriza a criação do Banco Municipal de Materiais de Construção e dá outras providências. <u>LEI Nº 16.823, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2018</u> (Projeto de Lei nº 553/16, das Vereadoras Noemi Nonato – PR, Adriana Ramalho – PSDB, Aline Cardoso – PSDB, Edir Sales – PSD, Janaína Lima – NOVO, Juliana Cardoso – PT, Patrícia Bezerra – PSDB, Rute Costa – PSD, Sâmia Bomfim – PSOL, Sandra Tadeu – DEMOCRATAS e Soninha Francine – PPS)

	Institui o Projeto de Prevenção da Violência Doméstica com a Estratégia de Saúde da Família, e dá outras providências.
--	--

LEI Nº 16.822, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2018

(Projeto de Lei nº 436/16, do Vereador Ricardo Nunes– PMDB)
Dispõe sobre a obrigatoriedade do estabelecimentode revenda varejista de combustível automotivo exibir em sua testeira e totem a marca comercial de distribuidorou a razão social ou o nome fantasia do estabelecimento; acresce o inciso XIV aoart. 7º [da Lei nº 14.223, de 26 de setembro de 2006](#), e dá outras providências.

Obs.: Caso algum <i>link</i> não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx
--

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

(11) 2193-8107 e 2193-8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor solicitar cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107